

Brecha digital entre classes se estende a regiões do País

Karla Correia(*), 30 Nov 03

As políticas do governo devem ser regionais, diz pesquisador da FGV. A questão da inclusão digital no Brasil está associada a duas características básicas: o baixo nível do acesso da população a tecnologias digitais e seu acelerado ritmo de expansão. Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (PNAD), relativa a outubro de 2002, somente 14,2% dos brasileiros têm acesso a computador em casa, e apenas dois terços desse montante está conectado à internet.

Em 2000, apenas 10% dos brasileiros tinham um computador em seus lares. Um mapeamento dessa situação nas unidades da federação revela um ranking praticamente idêntico ao da renda per capita nacional. Os estados com maiores índices de inclusão digital são os mais ricos. Os mais pobres têm as menores taxas, por sua vez.

O binômio pobreza/exclusão é especialmente cruel com crianças e jovens abaixo de 17 anos. Essa faixa, que representa 46,2% das pessoas em situação de miséria no país, é também a mais excluída. A "brecha digital" entre as classes sociais é condicionada ao quadro regional. Uma pessoa de classe média alta no Piauí é mais excluída do que um paulistano ou um brasiliense com mesmo perfil sócio-econômico. Disso se conclui que as políticas governamentais para inclusão digital passam, sim, pelo foco regional, defende o chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri.

Junto com a Ong Comitê para a Democratização da Informática (CDI), ele traçou um quadro do apartheid digital no País na pesquisa "Mapa da Exclusão Digital e Políticas de Inclusão Social", concluída em abril deste ano pela FGV. Neri mostrou seu estudo aos participantes do 47º Painel Telebrasil, na última sexta-feira, em Brasília.

O evento foi aberto pelo vice-presidente da República, José Alencar, que destacou a importância das telecomunicações para a integração dos países em um mundo globalizado e a necessidade de as empresas buscarem a melhoria da qualidade dos serviços a baixo custo para o

[Índice](#)

[Artigos publicados](#)

[Bibliografia](#)

[Busca no sáite](#)

[Cadastre-se](#)

[Conexões](#)

[Mapa do sáite](#)

[Página principal](#)

[Propostas](#)

[Webwriter](#)
J. Saboya

É proibida a reprodução do conteúdo.

[Topo](#)

consumidor.

O pesquisador da FGV observou que a forte depreciação a que são submetidas as tecnologias digitais onsumidor.

O pesquisador da FGV observou que a forte depreciação a que são submetidas as tecnologias digitais reza a "Lei de Moore" que a capacidade de processamento dos computadores dobra a cada período de 18 meses é um fator favorável a essa inclusão. A depreciação tecnológica implica depreciação de valor do equipamento, o que transforma o incluído em um potencial doador de computadores para o universo de excluídos. Campanhas de doação são alternativas baratas de inclusão, que devem ser encampadas pelo governo.

Para ele, qualquer política de inclusão digital deve ter como foco preferencial o ambiente escolar, priorizando a capacitação de crianças e adolescentes. "A melhor forma de combater o apartheid social a longo prazo é investir nas escolas, de modo que os alunos possam ter acesso desde cedo às novas tecnologias", defende. Estados com maior avanço na inclusão digital devem ser considerados alvos preferenciais. Pelo estudo, o Amapá seria uma prioridade natural, por ter alcançado a maior taxa de crescimento no número de alunos do ensino fundamental com acesso a laboratórios de informática entre 1997 e 2001 (43,67%).

[Topo](#)

Essa estratégia permitiria ao Brasil diminuir sua desvantagem dentro da "nova economia" de forma mais rápida, acredita. "A inclusão digital não é um fim em si. É um meio de investir em capacitação de recursos humanos de forma sistematizada e de diminuir, no futuro, o abismo da concentração de renda", conclui.

(*) Copyright *Gazeta Mercantil*, 17 Nov 03.